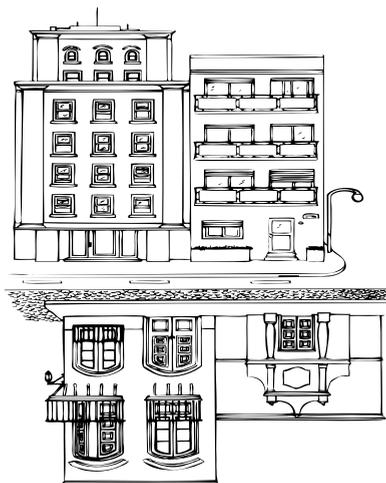


Número 5

ISSN 1853-7626

URBANIA

Revista latinoamericana de
arqueología e historia
de las ciudades



ARQUEOCOOP

Urbania. Revista de arqueología e historia de las ciudades

ISSN 1853-7626
Número 5 - 2016
Publicación anual por
Arqueocoop Ltda.
Impreso en Argentina

Director: *Ulises Camino*

Diseño de tapa: *Sheila Alí, Aniela Traba y Diana Vigliocco*

Logo ilustrado: *Diana Vigliocco*

Imagen de contratapa: *Archivo General de la Nación (Argentina), Inventario 194*

Editado por Arqueocoop Ltda.

La revista *Urbania* es propiedad de la cooperativa de trabajo Arqueocoop Ltda. (Matrícula N° 38226)

Comisión Directiva

Presidente: *Ulises Adrián Camino*

Vice-presidente: *Javier Ezequiel Hanela*

Secretaria: *María Cristal García*

Prosecretaria: *María Valeria Castiglioni*

Tesorera: *Silvina Tatiana Seguí*

Av. Gaona 4660

Of 6 y 7 - CP 1407

Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

www.revistaurbania-com-ar.webnode.com -

urbaniapublicaciones@gmail.com

www.arqueocoop.com.ar

Suscripción anual:

Individual: Latinoamérica 12 U\$S - resto del mundo 17 U\$S

Institucional: Latinoamérica 22 U\$S - resto del mundo 27 U\$S

Director

Dr. Ulises Camino
Centro de Arqueología Urbana
(FADU, UBA) - UMSA

Comité Editorial

Secretaria:
Lic. Aniela Traba
Centro de Arqueología Urbana
(FADU, UBA) - CONICET

Lic. Sheila Alí
Instituto Nacional de
Antropología y Pensamiento
Latinoamericano

Valeria Castiglioni
Proyecto Arqueológico Flores
(FFyL, UBA)

Lic. Federico Coloca
Instituto de Arqueología
(FFyL, UBA) - CONICET

Javier Hanela
Proyecto Arqueológico Flores
(FFyL, UBA)

Silvina Seguí
Instituto de Arqueología
(FFyL, UBA)

Lic. Flavia Zorzi
Instituto de Arqueología (FFyL, UBA)
- CONICET - Centro de Arqueología
Urbana (FADU, UBA)

Comité Académico

Dr. Mariano Ramos
Dra. Ana María Rocchietti
Dr. Daniel Schávelzon
Dr. Mario Silveira
Dra. Alicia Tapia

Edición y Diagramación

Sheila Alí
Aniela Traba

Corrección de idiomas

Florencia Ronco (Portugués)
Celeste Sudera (Inglés)

Administración

Daniel Batres
Cristal García
Juan P. Orsi

Auspicios Institucionales



**Centro de
Arqueología
Urbana
FADU, UBA**

UMSA
UNIVERSIDAD
DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO

60 AÑOS
UMSA 2016
Tu potencial.
Nuestra experiencia.

Instituto de Investigación

**DIRECCIÓN GENERAL
DE PATRIMONIO,
MUSEOS Y CASCO HISTÓRICO**



Buenos Aires
Gobierno de la Ciudad



**Instituto Superior del Profesorado
"Dr. Joaquín V. González"**

M

MUNICIPIO DE MORON
Instituto y Archivo Histórico de Morón

Indización



latindex

**Catálogo - Folio 3117
(19/02/15)**



Evaluadores del Número 5

Dra. Alejandra Alonso Olvera
Instituto Nacional de Antropología
e Historia - México

Lic. Gabriel Cocco
Museo Etnográfico y Colonial y Parque
Arqueológico Santa Fe La Vieja, MlyC
Prov. de Santa Fe - Proyecto
Tecnológico Universidad de Barcelona
- Argentina

Lic. Keyte Ferreira
Universidad Federal de Mato Grosso –
Brasil

Dra. Patricia Fournier
Instituto Nacional de Antropología
- México

Dra. Mónica Grosso
Instituto Nacional de Antropología y
Pensamiento Latinoamericano -
Programa de Arqueología Subacuática
- Argentina

Verónica Martí
FCNYM, Universidad de La Plata –
Proyecto Arqueológico Quilmes

Dra. Virginia Salerno
CONICET - Instituto de
Arqueología, FFyL (UBA) -
Argentina

Lic. Patricia Salatino
Dirección General de Patrimonio e
Instituto Histórico de la CABA -
Argentina

Dra. Beatriz Thiesen
Universidad Federal de Río Grande
(UFRS) – Brasil

Dra. Marcia Bianchi Vilelli
CIC-CONICET - Argentina

Dr. Andres Zarankin
Universidad Federal de Minas
Gerais – Brasil

Fe de erratas:

En la lista de evaluadores de
Urbana N°4 (2015), pp. 5,
corresponde “*Dr. Horacio
Chiavazza*”.

URBANIA
REVISTA LATINOAMERICANA DE ARQUEOLOGÍA E HISTORIA DE
LAS CIUDADES

ISSN 1853-7626
Número 5 (2016)

CONTENIDOS

Editorial	9-12
Prólogo <i>Mariano Ramos</i>	13-20
Artículo Hibridismo e inovação em cerâmicas coloniais do Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII <i>Marcos André Torres de Souza y Tania Andrade Lima</i>	21-60
Ensayo A reciclagem dos significados locais: as praças históricas de Manaus <i>Tatiana Pedrosa</i>	61-70
Informes Extendidos	
Madera con historia: puerta colonial de la casa de Liniers <i>Ana María Giménez, María Eugenia Figueroa y José Díaz Zirpolo</i>	71-86
San Juan Bautista, Tabasco. Identidad de clase en una ciudad comercial durante la transición de los siglos XIX al XX <i>Miguel Guevara Chumacero y Alejandra Pichardo Fragoso</i>	87-116
Informes Breves	
Informe breve: Análisis de los botones <i>Prosser</i> del sitio “La Basurita” (Rosario, Santa Fe) <i>Ma. Fernanda Bruzzoni</i>	117-128

Defensa 1344. Una casa que persiste a pesar de la dinámica del paisaje urbano <i>Eva Bernat, Mario Silveira y Horacio Padula</i>	129-140
Entrevista Entrevista a Luis Lumbreras, por Javier Hanela	141-146
Normas Editoriales	147-158

A RECICLAGEM DOS SIGNIFICADOS LOCAIS: AS PRAÇAS HISTÓRICAS DE MANAUS

Tatiana de Lima Pedrosa Santos¹

Recibido: 02/06/2016

Aceptado: 20/09/2016

RESUMO

Propõe-se discutir a atual conjuntura de se problematizar um determinado espaço enquanto cultura material a ser resgatada. Fazendo um balanço de determinados espaços históricos que quando ancorados como “lugares de Memórias” podem nos fazer refletir sobre a Patrimonialização desses espaços.

Palavras-chaves: praças - cultura material - patrimônio - história- memória

EL RECICLAJE DE LOS SIGNIFICADOS LOCALES: LOS LUGARES HISTÓRICOS DE MANAUS

RESUMEN

Se propone analizar la situación actual para discutir el rescate de la cultura material de un espacio determinado. Realizar un balance de ciertos espacios históricos cuando son anclados como "lugares de Memorias", puede hacernos reflexionar sobre la patrimonialización de los mismos.

Palabras clave: plazas - cultura material - patrimonio - historia - memoria

THE RECYCLING OF LOCAL MEANINGS: THE HISTORICAL PLACES OF MANAUS

ABSTRACT

It is proposed to examine the current situation so as to discuss the recovery of the material culture of a particular space. Taking stock of certain historical spaces when identified as "places of Memory" can make us reflect on the heritagization of these spaces.

¹Universidade do Estado do Amazonas/ Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça/ SEC_AM-tatixpedrosa@yahoo.com.br

Keywords: squares - material culture - heritage - history - memory

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura discutir e acompanhar os meios e significados das reivindicações por parte da população que tenta se identificar com esses espaços memoriais e que muitas vezes são referencias nas cidades: as praças históricas.

Como considerar esses espaços memoriais que ao mesmo tempo são expressões locais e vistas sob um prisma de proximidade tornam-se fenômenos sociais amplos, à medida que interagem com um passado e que crescem sob amplas possibilidades sociais num presente, e à medida que incorpora e é incorporada por elementos da modernidade? Como considerar sua autenticidade como espaço memorial numa dinâmica contemporânea e urbana?

A recente literatura sobre as questões referentes aos espaços memoriais e os avanços urbanísticos, não para de crescer. Resenhar sobre essas questões torna-se problemático e ao mesmo tempo desafiador. A ideia do Patrimônio como bem cultural alimenta a sociedade na busca de referenciais históricos e na construção de um tempo pretérito. Talvez por isso vejamos pulular ações de proteção e preservação como verdadeiras obsessões às ideias patrimonialistas voltadas aos monumentos e praças públicas antigas.

Conceitos tais como espaços históricos, espaços urbanos, conservação, memória, são frequentemente ligados às discussões sobre os usos, os saberes e as identidades locais no circuito a essas edificações. Essas reflexões podem tangenciar uma operacionalização em torno desses elementos que são constitutivos e enunciadores de História e histórias.

Há uma constante nesse estudo que nos faz pensar (sentir) muitas vezes nas muitas e diferentes direções que o artefato/Patrimônio nos lança. Uma delas é a de se pensar uma praça como um lugar de memória, como um espaço cultural feito e trasposto em matéria.

Podemos afirmar que o estudo da Cultura Material é o elo que nos transpõe a um mundo através dos artefatos, dos valores, conceitos, imagens, estilos e contextos indicativos e característicos de uma sociedade em particular. Muito embora, hoje, também possamos nos dedicar ao estudo do objeto em si ou do corpo do objeto, nossas ligações não se restringem ao material, mas a algo de profundo que nos transportes a questões que nos façam expandir nossas ideias em torno de quem fez, quem projetou, e porque o fez!

Nesse frenesi patrimonial que visa, sobretudo, atividades de preservação, conservação e valorização das praças históricas, se trabalha com expectativas, informações adquiridas e observadas, lembranças, enfim transcende o material à medida que gerencia e negocia significados, re-presentando a cultura material, o artefato, a praça, como Patrimônio, como herança.

Esse fenômeno de aparência atual é, contudo, todo um processo ligado à formação e conceptualização do Patrimônio e de sua estetização ao longo da história de dois séculos da Modernidade Ocidental.

Como entender a lógica da obsessão pelos artefatos, se não a relacionar com essa prática de apropriação do Patrimônio?! Com certeza não poderemos deixar de entrever a dinâmica existente entre memória e narrativa, igualmente, intensificadas pelo exercício de quem identifica o objeto como parte integrante de suas lembranças no que tange aos que vivenciaram ou conviveram com os que vivenciaram (experenciaram) o objeto.

Nossas memórias criam raízes no concreto quando encontram sintonia com o objeto, com a cultura material. Assim, então, poderemos lembrar Pierre Nora, ao tratar do sentimento associado aos “lugares de nossas memórias” como apropriação da história que acaba por petrificá-los, transformá-los, perpetuá-los: “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa História. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade” (Nora 1993:7).

“Os lugares de nossas memórias são antes de tudo, restos” (Nora 1993:4). Nesse sentido, nossas memórias seriam apenas rastros, ou espectros, que revividos e revitalizados pela história tornam-se pontos de identificação em que a sociedade ancora não seus ‘esquecimentos’ mas suas ‘lembranças’.

Ora, ainda segundo Nora, se habitássemos nossas memórias, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Onde houver rastro, distância, meditação, não estaremos lidando com verdadeiras memórias, mas dentro de histórias.

Eis que surge a categoria “Lugar de memória” como um lugar de identificação, em que os homens podem ancorar ou ter acesso a uma memória viva e atuante no presente. Destarte o objeto de memória acaba se tornando um objeto ritualístico.

Noutro sentido, na arqueologia, esses espaços cruzam-se como lugares em que desenvolvemos sentimentos patrimonialistas e de preservação, numa tentativa de compreensão e diagnóstico do passado. Mas esse cruzamento se faz, sobretudo, numa concretude. Transformando esse espaço, a materialidade cultural, em documento. Esse registro pode vir a se transformar numa multiplicidade interpretativa do passado, desde que estabelecidas as regras de sua leitura.

“A nossa forma de acesso ao “passado” deixa de ser primordialmente a leitura ou decifração de documentos escritos, para ser a interpretação de todo o quadro da experiência humana, o próprio espaço em que ainda hoje vivemos. O nosso objeto tem a mesma escala do mundo da nossa experiência. O que significa revitalizar o escrito em relação oral, o dito em relação ao não dito, o excepcional em relação ao cotidiano, o geral em relação ao local, o intelectual em relação ao material, o culto

em relação ao não culto (ou provido de formas de cultura que não a erudita, europeia, moderna, ocidental, crista, branca)” (Jorge 2000:99).

As praças públicas no Centro de Manaus, mesmo que causando mal-estar, acham um jeito de nos fazer entender sua significância material e imaterial, e de como esta foi importante e ainda é importante no entendimento da sociedade manauara e de sua sensibilidade em torno das ações de proteção e preservação de seus “bens culturais”.

AS PRAÇAS DO ENTORNO HISTÓRICO DE MANAUS

No ano de 1854 o Amazonas, uma recém-formada província, passava por inúmeras mudanças em sua capital, Manaus, ou como se conhecia na época, Cidade da Barra do Rio Negro. Sendo a penúltima província brasileira a ser criada no século XIX, favorecida pelo monopólio amazônico de exploração e de comercialização da borracha.

No início do século XX, a *Hevea brasiliensis* ocupou o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras (Fausto 1995), tendo os seringais do Pará, do Amazonas e do Acre monopolizado a produção mundial de goma elástica. O uso desse produto modificou profundamente a sociedade, pois o lucro da borracha promoveu significativa alteração na morfologia social e facultou aos indivíduos o acesso a novos estilos no sentido da modernização dos serviços urbanos, da ampliação dos espaços públicos e do reforço dos controles sociais (Daou 2000:31).

Nessas novas configurações sociais é preciso dar aqui especial atenção às transformações urbanas expressivas da modernização do final do século XIX. Essa nova gênese da vida social cidadina possui características muito peculiares e significativas quando nos voltamos para olhar determinados espaços memoriais, como é o caso das praças.

A partir de 1890 espaços serão gestados em virtude de políticas públicas que se preocupam com a convivialidade, com os recentes códigos de conduta, os processos de saneamento, que, sobretudo, visavam melhorias em espaços que eram inapropriados irregulares aos olhos dessa nova urbe. Este foi um fenômeno comum a todo o mundo ocidental nesta época e está associado às ideias de modernidade, que incluem o higienismo.

Como é o caso dos chamados locais de ritualização fúnebre, sua não existência implicava na prática e uso de espaços que não eram cemitérios. Assim era comum a incidência de técnicas fúnebres irregulares e fora de espaços adequados aos rituais de exéquias e demais ofícios. Se fazia premente a construção de um cemitério e de sua capela.

Segundo jornais da época, em Manaus, as práticas fúnebres ocorriam de forma irregular e em locais inapropriados causando a profanação dos túmulos dos finados pelos animais, principalmente cachorros e porcos, além do mau odor que os ventos levavam

para a cidade. Esses cemitérios eram abertos sem as regras administrativas de funcionamento e os mínimos cuidados para os sepultamentos:

“Tal providência era de todo necessária porque até então os cadáveres eram enterrados no largo da extinta igreja da Matriz, um dos lugares até então mais frequentados e onde regularmente nunca existiu cemitério, ou então nas imediações da igreja Nossa Senhora dos Remédios. Os sepultamentos, portanto, eram processados de forma inteiramente irregular e, vez em quando, era possível ver restos de humanos que brotavam das covas rasas sendo destroçados por animais” (Braga 1975:9).

Um dos locais onde ocorriam tais irregularidades era nos arredores da Praça da Matriz, onde até o ano de 1854 existia um igarapé que por ali passava, chamado lago das trincheiras, mas que durante suas primeiras reformas fora aterrado; além dele existia o cemitério dos Remédios, que durante muitos anos era utilizado para tais fins.

Assim, em 9 de maio de 1854, segundo o artigo 5º do Código de Postura em vigor emitido pela Câmara Municipal da Cidade da Barra do Rio Negro (Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas – 1852 a 1863 (1863)), fica proibido o enterro de corpos nos templos e locais inapropriados e que tais práticas devem ser feitas no antigo cemitério dos Remédios, onde já se encontrava devidamente cercado e preparado. O não cumprimento dessa norma, resultaria no fato de queo infrator seria multado em vinte contos de reis ou em oito dias de prisão.

O cemitério dos Remédios, ou da Cruz, era localizado no entorno das ruas Cruz, atual Leovegildo Coelho, e dos Andradas, onde em 1856. Por ser um cemitério provisório, deixa de ser utilizado e os sepultamentos passariam a ocorrer no cemitério, hoje extinto, São José. Assim o cemitério dos Remédios passa a ser aterrado paulatinamente e abre-se a um novo plano concomitante ao novo reordenamento urbanístico (Braga 2000).

Segundo Moreira de Mesquita (2006), a melhoria das condições urbanísticas e arquitetônicas de Manaus já era reivindicada desde a época provincial, mas foi somente com a nova situação financeira, no final do século XIX, que se tornou possível executá-la. Tais padrões implicavam a adoção de várias medidas e serviços que visavam embelezar, sanear e modernizar os centros urbanos, tornando-os mais agradáveis e saudáveis (Moreira de Mesquita 2006).

Os discursos dos governantes e o aspecto de vários dos logradouros públicos em Manaus, no final do século XIX, levam a deduzir que a administração local estava bastante familiarizada com a nova concepção de cidade, redimensionando e equipando alguns espaços públicos passaram a ser essenciais para a vida urbana, exigindo, além da tradicional função utilitária, um tratamento que valorizava o aspecto estético (Moreira de Mesquita 2006).

“As transformações urbanísticas de uma cidade espelham claramente as mudanças efetuadas em sua sociedade e neste sentido a história das praças de Manaus é um exemplo claro dessa afirmação. Apesar de os administradores

manifestarem algumas preocupações com as praças, arborização e calçamento de ruas e passeios desde a época imperial, pouco foi realizado neste sentido até a última década do século XIX, pois não se dispunha de verbas suficientes nem para serviços mais elementares” (Moreira de Mesquita 2006:274).

Além dos jardins, calçamentos e arborização de algumas praças, várias ruas da capital também foram arborizadas, pois na época estes serviços, além de se construírem obras embelezadoras, eram também exigências da saúde pública. Grande parte destes melhoramentos só foi concluída depois de 1900 e contribuiu sensivelmente para amenizar o calor das áreas urbanas, ao mesmo tempo em que criava uma opção de lazer, uma vez que as praças se tornavam espaços mais humanos, e amistosas às relações sociais; as famílias podiam passear, as crianças brincar, enquanto os jovens “flertavam”, ainda que as escondidas. O passeio à praça era um programa concorrido, principalmente nos dias em que as bandas de música apresentavam-se nos coretos (Moreira de Mesquita 2006).

Segundo Azize (2006) descreveu a Praça dos Remédios com as seguintes características:

“A meninada tinha na Praça dos Remédios o seu campo de batalha, de danação, de vivência, de aprendizado e convivência afetiva com todos os moradores. Era uma praça bonita, de largas calçadas de lado e outro, com bancos de cimento coberto de mosaicos portugueses, vasos de cobre cheios de plantas, encostado juntando um banco ao outro, formando um todo ondulado desde o começo até o fim da praça, acompanhando a topografia da ladeira, que ia despencar no barranco do rio ou na rampa. No centro, um gramado de cima a baixo e bem na metade do gramado, o Cristo de braços abertos que, segundo maliciosos, tinha de distância entre um braço e outro oitenta centímetros, feito propositadamente pela gente da praça para justificar os vinte centímetros que tiravam na medida de tecido, vendido a metro. Pura maledicência, que acabou sendo piada nas rodas de domingo antes da Missa das seis horas da tarde” (Azize 2006:15).

A Praça dos Remédios, ao longo de todo o século XX e início do XXI, foi totalmente desfigurada. Ao analisarmos o levantamento iconográfico na Praça dos Remédios, podemos confirmar esse processo de desfiguração. Dentre as principais mudanças há um destaque para a retirada dos calçamentos e dos bancos que ocorrem entre as décadas de 1930 e 1950.

Paulatinamente, a praça vai perdendo suas primeiras características. No entorno da Praça é possível perceber a transfiguração gradativa evidenciada através das edificações que paulatinamente sofrem algum tipo de intervenção. O princípio de revitalização desses edifícios não segue um plano urbano e arquitetado para conservar ou restaurar os espaços históricos.

Neste processo gestativo, outro caso que nos chama atenção é da Praça da Matriz. A Igreja é detentora de um papel fundamental nessa gestação por conta da circularidade de pessoas e de seu ponto geográfico e político. Em 1850, por conta de um incêndio a Igreja

da Matriz começa a passar por uma série de obras administradas através da Província; “Na igreja Matriz reiterava-se os fundamentos da ordem social promovida pelo Império, constituído-se no ‘centro cívico’ da capital da Província. Observa-se na disposição dos objetos urbanos a expressão da ordem social que exaltava os valores mais caros àquela sociedade, revelando-se ainda a imposição de temporalidades distintas, superpostas no espaço às experiências históricas que compõem o tecido urbano” (Daou 2000:89).

Dessa forma será um espaço aglutinador de símbolos cuja significação justapõe temporalidades, a começar pelo seu ajardinamento que foi milimetricamente pensado para projetar os sinais da ordem monárquica (Daou, 2000). Em virtude disso é interessante perceber como essa paisagem mudou assumindo outros símbolos. Mas que ainda se é possível ver um projeto arquitetonicamente traçado e visível no ordenamento das árvores por exemplo.

Repensar esses espaços e sua importância no que tange a discursos e reconhecimento faz parte do processo de urbanização e crescimento dos espaços urbanos. O que preservar, como preservar, para quem preservar, são algumas das questões que precisam ser levantadas na intenção de se entender determinados espaços históricos na cidade.

Outro sinal possível de se perceber nesse reordenamento da cidade no século XIX é a Praça São Sebastião. Seu monumento de abertura dos portos é a verdadeira ode aos processos de comercialização, aos processos civilizatórios (Elias 1994). Sua leitura continuada numa espacialidade quase intocada, que nos leva o entrono da praça, citando o Teatro Amazonas, a igreja São Sebastião e os casarões históricos, faz-nos entrever esse tempo áureo; “Ao contrário do que ocorreu com muitas das praças da cidade, que tiveram seu desenho alterado com o passar dos anos, esta manteve as feições que tomou no início do século XX, como aparece no Álbum da cidade nas muitas fotos do Teatro Amazonas, que privilegiam seu enquadramento com um todo. É sugestiva da rara fixidez que assumem os monumentos, ícones da tradição, vestígios de épocas passadas” (Daou 2000:262).

Segundo Bonetti (1999), o espaço público articula a organização do espaço urbano e do espaço das relações sociais que se desenrolam. Dessa forma é diretamente responsável pela estruturação das dinâmicas sociais que permeiam o espaço em questão. Esse sistema de gestão urbana participa e vincula a produção de identidade e cultura no espaço.

Dessa forma se a mesma falta é possível falar numa crise de urbanização que por sua vez se articula também numa crise de valores, de modos de relações e de simbolismo; “Os programas de desenvolvimento conduzidos no plano da política da cidade, que se referem à melhoria dos serviços e dos equipamentos públicos, são geralmente construídos sobre dois polos de intervenção extremamente separados, para não dizer opostos: de um lado, a reabilitação do plano construído e das reformas urbanas, e, de outro lado, a criação de estruturas de ação social levando precisamente a um impasse na transformação de sistemas de gestão urbana” (Bonetti 1999:2).

Em se tratando da Praça dos Remédios ao fazer a análise iconográfica das transformações ocorridas ao longo do tempo percebemos que as ações empregadas criaram uma situação de descaracterização paulatina a ponto da população não reconhecer aquele espaço enquanto espaço social.

A relação história, memória e espaço; cria relações emblemáticas que se não cuidadas com ações concretas criam por sua vez constantes perdas. Os espaços urbanos e sociais em Manaus são muitos e marcados por relações conflitantes e gritantes entre o poder público e patrimônio.

O caso da Praça dos Remédios é um exemplo desses litígios e que marca, sobretudo, a operacionalização de uma memória identificada a um espaço público. Sua desconfiguração parece silenciar toda uma história e desconsiderar a praça como um lugar de memória. Se faz, então, premente a re-atualização desse passado como forma de esse espaço público como lugar de memória e de suas relações sociais estabelecidas no entorno da praça e que podem ser objeto de construção de conhecimento.

O resgate da Praça pode inicialmente e concretamente tirar os tapumes que a envolvem, bem como a cortina de fumaça que nos acomete momentaneamente numa cegueira que significa silêncios e perdas.

Ao dar vozes aos nossos patrimônios, cria-se uma relação de identidade ao uso mesmo que simbólico dos artefatos, definindo o objeto numa relação permanente entre o objeto individualizado e sua rede social. A praça, neste sentido, torna-se o objeto que interliga essas relações; *“Power is still symbolized by kinetic objects, although today it is expressed through cars, boats, tools, sports equipment, and household appliances. It is also invested in objects that have become extremely complex, and now one can show superiority by collecting art (or almost anything else that is rare) or by owning things that are tasteful, ancient, or just ahead of the times”* (Csikszentmihalyi 1993:24).

Segundo Gonçalves (2007), é notável a preocupação e o debate com os nossos “Patrimônios Culturais” e as medidas públicas preservacionistas. Há uma sensibilização no que tange às palavras “patrimônio”, “memória” e “bens culturais”. Como entender a ‘obsessão preservacionista’ e a ‘fúria destruidora’ que se abate sobre os diversos bens culturais?; “Ao explorarmos os usos sociais dessas categorias, podemos elaborar um entendimento do ‘patrimônio’ que nos permitirá transitar entre os diferentes universos socioculturais, entre os diferentes perfis semânticos que essa categoria pode assumir, seja historicamente, seja geograficamente. Uma hipótese para viabilizar essa tradução consiste em pensar os patrimônios como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro” (Gonçalves 2007:216).

A Praça dos Remédios torna-se assim um “bom tema” para se pensar o laboratório que François Hartog (2006), já aludia como lugares de múltiplas controvérsias e um lugar de reflexão: “É quando este passado faltava, contribuindo para o mal-estar das periferias ou das cidades-dormitórios, fizeram-no aparecer. Produziu-se lugares de patrimônio urbano

para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza, em todos os sentidos da palavra, a ‘circulação’” (Hartog 2006:268).

Talvez não seja o caso de adentrarmos aqui na discussão sobre a autenticidade, ou não de nossos patrimônios culturais. Mas para se chamar atenção do que “faz” e do que “não faz parte” do discurso político sobre Patrimônio Cultural.

A arqueologia possui um importante e fundamental papel ao intermediar essa herança cultural e disponibilizar elementos que podem ser apropriados, ou não, por diferentes grupos sociais na construção de suas identidades e que possam porventura se cruzar, no sentido de que seriam elementos constituintes desse “Patrimônio”.

Dentro de uma ideia de que tanto a categoria patrimônio como identidade não podem ser encaradas como realidades estáticas, mas como valores que são, podem ser vistas como construções da modernidade e elementos e fatores de cidadania (Jorge 2000). Talvez dessa forma possamos dar conta das Praças históricas da cidade de Manaus como um celeiro de possibilidades.

BIBLIOGRAFIA

Azize, E.

2006. *E Deus chorou sobre o rio*. 2ª ed. Editora Valer/Prefeitura de Manaus/EDUA. Manaus, Brasil.

Bonetti, M.

1999. A Reconstrução do espaço público – a problemática da gestão política e da gestão urbana. *Projeto História São Paulo. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 18:2167-2776.

Braga, G.

1975. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, Brasil.

Braga, R.

2000. *Os primeiros cemitérios de Manaus*. Série Memória 36. Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. Manaus, Brasil.

Csikszentmihalyi, M.

1993. *Why we Need Things. History from Things*. Smithsonian Institution Press. Washington and London.

Daou, A. M.

2000. *A Belle Époque amazônica*. Jorge Zahar Eds., Rio de Janeiro, Brasil.

Elias, N.

1994. *O processo civilizador: Uma história dos costumes. Vol. I*. Jorge Zahar Eds. Rio de Janeiro, Brasil.

Fausto, B.

1995. *História do Brasil*. Ed. USP. São Paulo, Brasil.

Gonçalves, J. R. S.

2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, Brasil.

Hartog, F.

2006. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia* 22 (36):261-273. Belo Horizonte, Brasil.

Jorge, V. O.

2000. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. Editora Piaget. Lisboa, Portugal.

Moreira de mesquita, O.

2006. *Manaus: História e Arquitetura - 1852-1910*. 3ª ed. Editora Valer e Uninorte. Manaus, Brasil.

Nora, P.

1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução; Yara Khoury. *Projeto historia, são Paulo. Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de Historia*10:7-28.

FONTES HISTÓRICAS EDITAS

Coleção de Leis da Assembléia Provincial do Amazonas - 1852 a 1863.

1863. Typ. De Francisco S. Ramos. Manaus, Brasil.

LA AUTORA

Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Es Doutora e Mestre em História, com área de concentração em Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2012), com tese intitulada "Arqueologia e interpretação na América do Sul"; a voz de três pioneiras, e dissertação intitulada "Arqueologia e interpretação: a criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia". Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amazonas (2003).

Atualmente é arqueóloga responsável pelo Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça SEC/AM e Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Mestrado em Ciências Humanas, Área de Concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura, e Professora do curso de Graduação em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas. Experiência em pesquisa e produção bibliográficas voltadas para temas que envolvam as relações entre Cultura Material, História, Arqueologia, Memória, identidade e Patrimônio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - NIPAAM - "Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica.